



ATA DE REUNIÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2025
FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA
PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. LOCAL E DATA

Data: 18 de fevereiro de 2025

Horário: 14h às 17h16

Local: Brasília, Distrito Federal e online via zoom

II. PARTICIPANTES (PRESENCIAL E ONLINE)

1. Alessandra Elias de Queiroga - Coletivo Transforma MP
2. Ana Lúcia Pontes - Abrasco / Fiocruz
3. Ana Oliveira - Comissão de Anistia do MDHC
4. Andressa - Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
5. Anildo Lulu - Articulação dos povos indígenas da região Sudeste (ARPINSUDESTE)
6. Ayla Samila Ferreira Tapajós - Pesquisadora do projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas
7. Benoni Ferreira Moreira - Defensoria Nacional de Direitos Humanos (DNDH)/
Defensoria Pública da União (DPU)
8. Clovis Antonio Brighenti - CIMI/UNILA
9. Daniela Greeb - Instituto de Políticas Relacionais
10. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira -
11. Edmundo Dias - MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
12. Ednaldo Vieira - COIAB
13. Edenilson Sebastião (Chicão Terena) - ARPINSUDESTE
14. Eduardo Baker - Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e Defesa
dos Povos e Comunidades Tradicionais da Defensoria Pública do Estado de São
Paulo
15. Elaine Moreira - Obind/UnB
16. Eliel Benites - Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
17. Esther Tello Ferrer - Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
18. Iara Ferraz
19. Irramis Moreira - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
20. Isabela Marra - Hutukara Associação Yanomami
21. Fetxawewe Tapuya Guajajara Veríssimo - pesquisador do projeto Justiça de
Transição para os Povos Indígenas





22. Flávio Machado - CIMI
23. Iury Tikuna - pesquisador do projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas
24. Juliana de Paula Batista - Comissão Arns
25. Julio Zelic - Armazém Memória
26. Leonardo da Silva Gonçalves - Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)
27. Luma Prado - ISA
28. Maíra Pankararu - Grupo de Estudo de Justiça de Transição UnB
29. Manoel Lauro Volkmer de Castilho
30. Manuele Pimentel Serra - pesquisadora do Projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas
31. Marciano Rodrigues - ARPINSUL
32. Marco Antonio Delfino de Almeida - MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Dourados
33. Marlon Weichert - MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
34. Osmarina de Oliveira - CIMI Sul
35. Paula Capriglione - Armazém Memória
36. Paula Franco - Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)
37. Paulino Montejo - APIB
38. Paulo Abrão - Washington Brazil Office (WBO)
39. Rafael Pacheco - Instituto de Políticas Relacionais
40. Renato Sztutman - Universidade de São Paulo - USP
41. Roberta Amanajás - MPF - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
42. Rodrigo A Faria - Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
43. Rodrigo Deodato de Souza Silva - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)
44. Rubens Valente Soares -
45. Rute Pacheco - Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
46. Silvia Brandão - Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/UNIFESP)
47. Stephen Grant Baines - Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
48. Tatiane Klein - Instituto Socioambiental (ISA)
49. Watatakalu Yawalapiti - ANMIGA
50. Yago Brito - Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

III. PAUTA

1. Informes
2. Retomada dos Grupos de Trabalho
3. Planejamento dos próximos passos





IV. RESUMO

A reunião abordou questões cruciais relacionadas aos direitos dos povos indígenas, com a participação de representantes de diversas organizações e comunidades. Ana Oliveira iniciou as apresentações, promovendo um ambiente colaborativo onde advogados, antropólogos e líderes indígenas, como Ednaldo Vieira e Tatiane, compartilharam suas experiências e propósitos. A interação entre os participantes foi fundamental para estabelecer um diálogo sobre a proteção dos direitos indígenas, especialmente em um contexto de ameaças crescentes.

Durante a discussão, foi mencionada a ausência dos dirigentes da APIB, que estavam envolvidos em uma reunião do G9 em Manaus, onde se debatia a incidência na COP 30. Os participantes expressaram preocupação com os discursos do presidente Lula e as ações do ministro Gilmar Mendes, que impactam negativamente a proteção dos territórios indígenas. A importância de escutar as lideranças indígenas e coletar casos de violação de direitos foi enfatizada, com relatos de experiências significativas, como o do povo Xetá.

Rodrigo Deodato, do Escritório de Direitos Humanos da ONU, anunciou a visita do relator especial Bernardo Rem ao Brasil, planejada para o final de março ou início de abril, e a organização de uma reunião específica com o Fórum. Marlon apresentou a formação dos quatro grupos de trabalho do Fórum, cada um focado em aspectos específicos para apoiar a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade. A divisão em grupos foi vista como essencial para garantir a documentação das discussões, com a necessidade de relatores em cada sala.

Os participantes discutiram a importância de não estabelecer marcos temporais para a análise das violações, ressaltando que cada grupo indígena possui sua própria história. Sugestões foram feitas para criar um índice abrangente de violações e para investigar casos emblemáticos. A necessidade de um cronograma político para articular ações em prol dos direitos indígenas foi destacada, com o objetivo de mobilizar a sociedade e as autoridades para a instalação de uma Comissão Nacional da Verdade Indígena após as eleições.





V. ASSUNTOS TRATADOS

A sessão começou com a apresentação dos participantes.

- **Discussão sobre Direitos Indígenas e Desafios Atuais**

O participante expressou preocupação com a desregulamentação dos direitos indígenas e a possibilidade de pagamento por terras ocupadas, o que representa um retrocesso significativo. Ele enfatizou que a luta pelos direitos indígenas é contínua e que a memória, verdade e justiça são essenciais diante dos ataques atuais. A indignação foi compartilhada por outros membros, que reconheceram a importância de avançar na defesa dos direitos indígenas.

- Importância da memória e reparação para os povos indígenas.
- Discussão sobre o marco temporal e sua relevância jurídica.

- **Informes sobre Seminários Regionais e Metodologia de Escuta**

Foram apresentados informes sobre os seminários regionais realizados pelo Projeto Justiça de Transição realizado pelo Instituto de Políticas Relacionais em parceria com a APIB e o OBIND que visa ouvir as lideranças indígenas e coletar relatos de violações sofridas pelos povos. Marciano destacou a relevância do diálogo com as comunidades, mencionando casos como o da Itaipu Binacional e o povo Xetá. Elaine Moreira também contribuiu com informações sobre a metodologia de escuta e a programação dos próximos encontros.

- **Atualizações sobre a Visita do Relator Especial da ONU no Brasil**

Rodrigo Deodato anunciou que a visita do relator especial das Nações Unidas, Sr. Bernard Duhaime, está agendada para ocorrer entre 31 de março e 8 de abril. Ele destacou a importância de uma reunião com o Fórum de memória, verdade e justiça de povos indígenas, que será organizada assim que a visita for confirmada.





- **Levantamento de Acervos e Formação de Grupos de Trabalho**

Foi retomada a proposta de divisão dos grupos de trabalhos definidos no encontro anterior do Fórum, sendo: o primeiro grupo se dedicará ao mapeamento de casos e investigações, o segundo à elaboração de um ato normativo para a Comissão, o terceiro à articulação nacional e internacional, e o quarto à comunicação e sensibilização social. Cada grupo terá autonomia para se organizar e deverá manter a memória dos trabalhos realizados, com reuniões regulares entre as plenárias.

- **Organização dos Grupos de Trabalho e Discussão de Casos**

A organização dos grupos de trabalho foi discutida, com a proposta de dividir os participantes em quatro salas no Zoom. Marco Antônio esclareceu que cada grupo teria um relator responsável por registrar as discussões, enquanto Elaine mencionou a importância de uma abordagem heterogênea nas conversas, envolvendo diferentes áreas de atuação.

- **Discussão sobre Casos de Violação e Metodologia de Trabalho**

Ednaldo Vieira (COAIB) destacou a relevância de considerar a continuidade das violações desde a conquista até os dias atuais, sem limitar a análise a um período específico. Ele propôs a definição de tipos de violações cometidas pelo Estado e a criação de um índice que compile os casos indicados pelos próprios povos indígenas, visando facilitar o trabalho de uma futura Comissão Nacional Indígena da Verdade.

- **Discussão sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas**

Clovis Brighenti sugeriu que a equipe iniciasse um levantamento sistemático das violações enfrentadas pelos povos indígenas, incluindo remoções forçadas e esbulhos territoriais. Ele destacou a necessidade de um registro temporal dessas violações para fundamentar futuras ações e estratégias de defesa, especialmente em relação ao marco temporal legalizado.





Foi levantado a importância de:

- Criação de um índice que compile casos de violações ao longo da história.
- Necessidade de tabulação e organização dos dados sobre os povos indígenas e suas violações.
- Mapeamento e investigação de casos de violação de direitos indígenas.

- **Discussão sobre Metodologia e Marcos Históricos na Reparação Indígena**

Rafael Pacheco destacou que a metodologia deve considerar a história indígena sem marcos temporais fixos, o que implica em um debate sobre como categorizar as violações. Ele mencionou que a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a política de integração do século XX são marcos relevantes, mas enfatizou que as categorias de violação não devem ser pré-definidas. Importância de não estabelecer um marco temporal rígido para as violações.

- **Discussão sobre Subsídios e Documentação para Reparação dos Povos Indígenas**

Ana Lúcia Pontes discute a necessidade de um levantamento metodológico sobre as mortes de indígenas e a importância de acessar acervos da FUNAI e do Ministério da Saúde para evidenciar violações. Luma Prado, do Instituto Socioambiental, complementa informando sobre um levantamento inicial de fontes documentais e a intenção de compartilhar essa informação com o grupo para enriquecer a pesquisa. Importe o acesso e utilização de acervos documentais de instituições como FUNAI e Ministério da Saúde.

- **Discussão sobre Memória e Violações de Direitos dos Povos Indígenas**

Rubem Valente destacou a importância de incluir casos e temas na tabela que está sendo elaborada, enfatizando que o tempo deve ser o da memória dos povos indígenas. O grupo discutiu a necessidade de abordar as violações de direitos, não apenas por parte do Estado, mas também de empresas como Vale e Aracruz. A ideia é que a tabela sirva como um "Estado da Arte" sobre as violações e a memória indígena.





- **Discussão sobre a Comissão Nacional Indígena da Verdade**

A conversa abordou a insuficiência da Comissão Nacional da Verdade em relação ao tema indígena e a possibilidade de um decreto que consolide obrigações estatais. O grupo também planejou revisar experiências internacionais de comissões da verdade indígenas para aprender com boas práticas. A integração com outros órgãos públicos e a necessidade de um ato normativo interno foram mencionadas para fortalecer a colaboração. Elaboração de um ato normativo constituinte da Comissão Nacional Indígena da Verdade. Importância da integração com outros órgãos públicos e GTs.

- **Articulações e Planos de Ação para os Povos Indígenas**

O grupo enfatizou a necessidade de um cronograma político de um ano e meio para articular ações em defesa dos povos indígenas. Foram propostas duas estratégias: uma para a mobilização nacional e outra para a articulação internacional, visando sensibilizar autoridades e a sociedade. A comunicação e a construção de alianças são vistas como fundamentais para o sucesso dessas ações.

- Construção de planos de ação para o próximo ano e meio.
- Estratégias de comunicação e sensibilização para a demanda pública.
- Engajamento da FUNAI nas discussões sobre direitos indígenas.

Os GTs se reuniram por 1 hora e 30 minutos para estabelecer um plano de trabalho, metodologia e cronograma.

VI. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Grupo 1:

- Ana Oliveira irá organizar um livro sobre marco temporal e coletar informações sobre jurisprudência relacionada.
- Paula Franco irá levar a proposta de engajamento da FUNAI para a diretoria colegiada.
- Rodrigo Deodato irá coordenar a visita do relator especial das Nações Unidas ao Brasil, com uma agenda com o Fórum.
- O grupo de trabalho de casos irá mapear e compilar investigações sobre os casos indicados pela APIB.





- O grupo de articulação nacional e internacional irá trabalhar a incidência perante os atores estratégicos internos e externos.
- Rubem Valente irá compilar e submeter os 25 casos documentados para a plenária.
- Clóvis Brighenti irá tabular os dados sobre os povos e as violações sofridas, incluindo datas e tipos de violação.
- O grupo irá criar um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação e o compartilhamento de informações.
- Ana Lúcia Pontes irá buscar acessar os acervos da FUNAI e do Ministério da Saúde para levantar evidências de violações.
- Luma Prado irá compartilhar a tabela de análise dos casos e fontes documentais com o grupo.
- O Grupo 2 irá elaborar uma minuta de anteprojeto de um ato normativo constituinte da Comissão Nacional Indígena da Verdade.
- O Grupo 2 realizará uma revisão da literatura e da normativa, tanto internacional como nacional, para orientar a construção do documento.
- O Grupo 2 buscará fontes normativas de obrigação estatal a partir de obrigações internacionais e da legislação nacional.
- O Grupo 3 se reunirá no dia 14 para fechar os planos de ação e apresentá-los na plenária no dia 18 de março.
- O Grupo 4 fará uma reunião após o Carnaval para discutir as demandas e a coordenação de comunicação da APIB.

Todos os GTs irão apresentar o plano de trabalho, metodologia, cronograma na próxima Plenária no dia 18/03/2025.

Transcrição:

https://app.read.ai/analytics/meetings/01JMCZT36XG2J09FHSMYW4ZRGF?utm_source=Share_Nav

